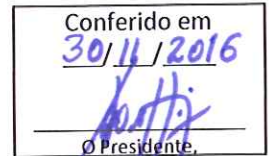


Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Acta nº 13-2016



Reunião da Assembleia Geral



Aos trinta dias do mês de Novembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, em sessão ordinária e em segunda convocatória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 24º do Compromisso, a Assembleia Geral da Misericórdia, cuja Mesa foi presidida pelo seu Presidente, Prof. António Carvalhais da Costa, acompanhado pelo Primeiro Secretário, o Sr. Carlos Teixeira e o Segundo Secretário, o Sr. Dr. Francisco Costa, este último designado pela Assembleia Geral de irmãos, em substituição do irmão Rui Dias por impossibilidade de presença.

A referida sessão teve como ordem de trabalhos:

1. Leitura e votação da ata da reunião anterior;
2. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades/Ação e Orçamento para o exercício de 2017 e parecer do Conselho Fiscal /Definitório;
3. Ratificação da aceitação da doação do prédio inscrito na respetiva matriz sob o artigo 12 e descrito no Registo Predial sob o nº 1422, da freguesia do Beato, nos termos constantes da escritura lavrada em 17/10/2016 no Cartório de Arganil, exarado de folhas 17 a folhas 18 verso do Livro de Notas 105-E;
4. Concretização da venda autorizada pela Assembleia Geral de 31/03/2006, com a consequente ratificação do Contrato Promessa de Compra e Venda referente à designada "Quinta dos Bons Dias", sita na freguesia de Ramada, Concelho de Odivelas (antigo Concelho de Loures), composta pelos artigos 49º, 50º, 55º, da matriz rústica e os artigos 863º e 865º da matriz urbana (estes dois últimos ambos omissos na Conservatória) e votação do parecer do Conselho Fiscal/Definitório sobre esta matéria;
5. Outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral;

Apresentada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os irmãos presentes, fazendo votos para o bom andamento e decisão dos assuntos constantes da convocatória.

De seguida, realçou o facto de 2016 "ter sido o ano Santo do Jubileu da Misericórdia, conforme decisão de Sua Santidade o Papa Francisco", aspeto que "marcou a vida das Santas Casas, designadamente a Misericórdia de Arganil".

A esse propósito recordou, "sem prejuízo da inclusão destas referências no próximo relatório de atividade da instituição, que a nossa Misericórdia desenvolveu um conjunto de atividades que visaram marcar este período, não podendo esquecer, enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Geral, duas das mais

significativas”.

De acordo com o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, “ o descerramento das imagens da Senhora das Misericórdias na Mata, assim como a entrega de uma pintura alusiva a este tema religioso a Sua Santidade o Papa Francisco, ambas ofertadas pelo Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, devem fazer-nos regozijar-nos, visto que apenas contribuíram para dignificar a nossa instituição, o nosso concelho, a nossa região e o nosso País.”

Prosseguiu dizendo, que “a Misericórdia de Arganil, por intermédio do seu Provedor, teve ainda o reconhecimento da União das Misericórdias Portuguesas, nomeadamente do seu Presidente, o Dr. Manuel de Lemos, que promoveu a entrega dessa imagem da Senhoras das Misericórdias em nome das Misericórdias Portuguesas”.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, lançou ainda a proposta junto da Mesa Administrativa para que, em articulação com o autor das peças em causa, fossem “feitas réplicas em tamanho ajustado a uma oferta, para que sejam entregues quando uma personalidade visita a Misericórdia”.

Após a intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, pediu a palavra o Provedor, Prof. José Dias Coimbra, para referir que “ sendo católico por convicção” foi apenas com as palavras do Papa Francisco que entendeu que “teria que realizar algo que marcasse a vivência do ano Santo do Jubileu da Misericórdia, pelo que este gesto foi feito com amor e um profundo sentido do que é viver no seio das Santas Casas.”

Pretendeu ainda, de acordo com o mesmo, “homenagear, com o estilo de pintura realizada, Amadeu de Sousa Cardoso” seu pintor de referência, apesar de lamentar “algumas pessoas próximas não terem aceite ou gostado do gesto realizado, talvez por inveja ou despeito, não esquecendo a forma agreste como foi benzida a escultura de Nossa Senhora do Manto Largo exposta na Mata. Mas as atitudes ficam com quem as toma e eu apenas tenho que perdoar.”

Não esqueceu ainda, de “agradecer aos irmãos e colaboradores: Daniel Ferreira, Rui Francisco e Aldina Lopes pela ajuda na recolha de ideias, ou mesmo na elaboração de artefactos para a concretização das peças” já descritas.

Por último, deu uma “palavra de reconhecimento ao Dr. Nuno Gomes, Nuno para mim, por ter estimulado e entusiasmado o Provedor na concretização deste desejo, nomeadamente a entrega de uma pintura da Senhora das Misericórdia a Sua Santidade o Papa Francisco”.

Após as intervenções, quer do Presidente da Mesa da Assembleia Geral e quer do Provedor, antes da ordem de trabalhos, deu-se início à discussão e deliberação dos pontos constantes da convocatória.

1. Leitura e votação da ata da reunião anterior;

No que diz respeito ao primeiro ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, referiu que, “tal como é prática nesta Instituição a convocatória foi publicada em dois jornais e remetida aos irmãos no pleno uso dos seus direitos, sendo que a documentação referente aos diversos pontos foi disponibilizada para consulta, quer no site da Misericórdia, quer no dossier desta reunião, desde o dia 10 de Novembro, conforme previsto no edital do anúncio da presente assembleia. Por outro lado, a documentação em causa foi, de igual modo, prévia e atempadamente distribuída aos irmãos, antes do início dos trabalhos. Dessa documentação constava e consta a ata da reunião de 31 de Março último, pelo que, questiono se existe alguma proposta de alteração da ata em apreço, uma vez que é evidente que foram asseguradas todas as condições para a leitura prévia dos documentos em apreço”.

Na sequência da intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, não se registou qualquer

pedido de alteração ou correção.

Face à ausência de qualquer pedido de correção ou alteração, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, propôs a dispensa da leitura da ata, tendo sido aprovado, por unanimidade a respetiva dispensa. Na sequência dessa aprovação procedeu-se, de imediato, à respetiva votação do documento, tendo a ata sido aprovada por unanimidade.

2. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades/Ação e Orçamento para o exercício de 2017 e parecer do Conselho Fiscal /Definitório;

No âmbito do segundo ponto da ordem de trabalhos foi dada a palavra ao Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, que procedeu a um resumo do Plano de Atividades / Ação para 2017, destacando a “necessidade de recuperar o antigo Hospital Condessa das Canas, para o qual está contratualizada com a Administração Regional de Saúde do Centro uma verba destinada à instalação de uma nova Unidade de Cuidados Continuados Integrados.”

Salientou ainda, “que se irá manter o investimento na remodelação de alguns espaços do Complexo Social, assim como da antiga escola do Paço Grande, cuja recuperação tem vindo a ser feita de modo gradual e conforme as disponibilidades da Misericórdia.”

Ainda a propósito da remodelação da escola referiu “que as atividades para aí previstas serão iniciadas gradualmente, nomeadamente com a colocação do orfeon nesse espaço no início do próximo ano, sendo que, durante o período das festividades desta quadra estará exposta uma exposição de um artesão da nossa praça, o Sr. Abel, numa das salas já recuperadas.”

De igual modo destacou “a Mata das Misericórdias que continuará a ser alvo da atenção da instituição, mantendo-se as diversas atividades habituais promovidas pela Santa Casa, sendo que o investimento nos espaços já citados, nomeadamente os de maior monta, dependem da realização de receitas extraordinárias, conforme a explanação em pormenor a realizar mais adiante.”

De seguida foi solicitado o Diretor Geral e irmão da Misericórdia, Dr. Nuno Gomes, para explanar em pormenor o Plano de Atividades / Ação e Orçamento para 2017, tendo para isso recorrido quer à projeção de diapositivos ilustrativos do Plano e Orçamento, quer através da leitura de componentes do documento em análise.

No uso da palavra ao Diretor Geral referiu que “tal como já foi referido anteriormente, toda a documentação deste e dos outros pontos foi previamente disponibilizada para leitura, consulta e análise, desde a data da publicação e envio das convocatórias.”

Acrescentou que, “essa consulta podia ser feita através da página oficial da Misericórdia na Internet, ou mediante a consulta do dossier elaborado para a Assembleia Geral e que esteve disponível todos os dias uteis em horário normal de expediente, assegurando a todos os irmãos a possibilidade de conhecimento, prévio, da documentação em causa e com isso apresentar sugestões ou fundamentar questões a colocar em sede de discussão da presente Assembleia Geral.”

Para além disso, referiu, “foi também distribuído, previamente à sua discussão, na presente reunião”.

Feita a contextualização da disponibilização da documentação em discussão o Diretor Geral deu início à apresentação pormenorizada do Plano de Atividades e Orçamento para 2017, salientando que “ao longo dos últimos anos a temática da sustentabilidade, face à conjuntura macroeconómica, tem sido um aspeto premente na vida das Misericórdias, ao mesmo tempo que aumentam os desafios colocados às Instituições de Solidariedade Social na procura da coesão social.

Por outro lado, a existência de condicionalismos decorrentes de alguns dos indicadores económicos nacionais têm aconselhado à prudência, sem que no entanto, se deixe de olhar para a necessidade de

intervenção social junto das comunidades como algo prioritário.

Nesse sentido, a Santa Casa da Misericórdia de Arganil tem consciência de que os tempos que se avizinham não serão fáceis, desde logo pelas dificuldades locais já existentes, com um cenário marcado pelo encerramento de várias unidades fabris, o que potencializa os problemas sociais como o desemprego.

Assim, colocam-se alguns desafios à Misericórdia.

Se por um lado a Instituição tem a sua essência na resolução, ou pelo menos na atenuação, dos problemas sociais, com especial incidência junto dos mais frágeis, por outro lado não pode subestimar a sua contribuição para o desenvolvimento local.

No entanto, tal só será possível se for acautelada a componente da sustentabilidade, através da existência de recursos financeiros para esse fim, para os quais o contributo do Estado é essencial, através, por exemplo, dos Acordos de Cooperação.

Deste modo, a Misericórdia perspectiva para o ano vindouro um cenário onde apenas a **possibilidade de realização de receitas extraordinárias poderá contribuir, decisivamente, para a concretização de alguns projetos** que se têm vindo a arrastar no tempo, por motivos alheios à instituição.

Assim, a possibilidade de **início dos trabalhos de recuperação do antigo Hospital Condessa das Canas poderá vir a ser uma realidade** se houver a alienação da designada "Quinta dos Bons Dias", conjugada com a comparticipação contratualizada com o Estado, via Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC).

De igual modo, será equacionada a **realização de uma intervenção no emblemático edifício Cineteatro Alves Coelho**, dependendo das conclusões do relatório de auditoria ao estado do mesmo, assim como da determinação das responsabilidades decorrentes da cedência do espaço no período compreendido entre 2008 e 2016 à Câmara Municipal de Arganil.

Também o processo de **remodelação da escola Adães Bermudes**, apesar de já ter tido início em 2015 e ter tido continuidade em 2016, é expeável que em 2017 esteja concluído, possibilitando a conclusão do processo de instalação da Academia Condessa das Canas.

No âmbito da funcionalidade do Complexo Social, com especial incidência na componente residencial, deverão ser **mantidos os trabalhos internos de remodelação** de alguns espaços, visando a melhoria das condições de permanência dos utentes.

No entanto, se no campo dos investimentos a concretização dos mesmos dependerá da realização de receitas extraordinárias, já no que concerne ao funcionamento quotidiano da instituição esta terá em consideração os constrangimentos económicos já referenciados e a sempre presente temática da sustentabilidade.

Neste ponto, a Misericórdia não poderá deixar de esquecer a **implementação do novo modelo de Convenção Coletiva de trabalho (CCT)** que, apesar de ter sido dado início à sua aplicação em 2016, o maior impacto económico ocorrerá em 2017, pois incidirá sobre 14 meses.

Associado à questão da aplicação do novo modelo de CCT, não poderá deixar de ser referida a perspectiva de **atualização do Salário Mínimo Nacional**, o que também trará implicações nos custos respeitantes à componente de pessoal.

Tais **alterações acarretarão uma reorganização e reestruturação dos serviços**, nomeadamente dos horários, numa ótica de maior operacionalização e eficiência dos recursos humanos, tendo em vista a acomodação deste aumento de custos, tal como já sucedeu em 2016.

Simultaneamente, a Instituição procurará manter a sua intervenção junto da comunidade, não só mantendo as suas respostas sociais distribuídas pelas mais diversas áreas de atuação, como de igual modo, dando **continuidade a projetos como a Rede Local de Intervenção Social (RLIS)**.

Também a manutenção das parcerias existentes, designadamente **com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Agrupamento de Escola de Arganil, o Conselho Local de Ação Social (CLAS)**, entre outras, será uma prioridade.

Neste contexto uma palavra para a **disponibilização da sala de Snoezeland Dr. Armando Dinis Cosme, bem como de elementos técnicos, a outras instituições locais**, como são o caso das escolas, e que se tem revelado uma mais-valia para uma intervenção de maior qualidade no campo da estimulação sensorial.

Ainda no campo da intervenção diária da instituição, alerta-se para o papel fulcral da cooperação com o Estado, sendo que a questão da possibilidade da **revisão de Acordos de Cooperação** em baixa, e consequente reafecção, será devidamente acompanhada pela Misericórdia.

A este propósito, retoma-se a questão da necessidade de reforço da cooperação entre o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSSC) e a Misericórdia de Arganil, com especial **incidência na resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**, desde que não seja pelo reconhecimento do esforço da instituição no alargamento do leque de serviços prestados aos utentes desta valência, todos os dias da semana.

Esta questão será tão mais importante, no momento em que se perspetiva o **términus do programa relacionado com as Cantinas Sociais** e que, no concelho de Arganil, tem significativa expressão, não só pelo número de agregados apoiados, mas de igual modo porque representa uma ferramenta de cooperação com as instituições locais.

Ao nível do movimento das Misericórdias Portuguesas dar-se-á **prolongamento à relação com o Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas (UMP)**, mantendo-se a colaboração técnica, sem esquecer o **aprofundamento das ótimas relações com o Secretariado Nacional**.

Por fim, **uma referência à centenária Feira do Mont'alto**, cuja posição da Misericórdia se mantém na defesa deste património histórico que é pertença da instituição e da qual não pode abdicar, em memória a todos os que a serviram.

Quanto aos objetivos, o Diretor geral elencou os seguintes:

OBJECTIVOS

Dar continuidade aos esforços de requalificação dos espaços integrados no Complexo Social – com especial incidência na Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e na Escola Adões Bermudes (Academia Condessa das Canas);

Manter as parcerias com o Setor Estado, ao nível da área da Cooperação – dando

continuidade ao programa da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), bem como à dinamização do processo de revisão de Acordos de Cooperação, designadamente para a resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD);

Promover a Mata das Misericórdias como espaço de história, lazer, cultura e desporto – por meio da manutenção, limpeza e embelezamento da mesma, assim como através do acolhimento de várias iniciativas promovidas pela Misericórdia ou por outras entidades parceiras;

Manter a formação interna e externa para os respetivos colaboradores – através da rendibilização de todos os seus recursos humanos a Instituição irá dar continuidade ao processo de formação interna, para além do recurso à União das Misericórdias Portuguesas para assegurar a componente externa, sem esquecer outras soluções que possam vir a ser desenvolvidas;

Procurar dar início aos trabalhos de remodelação e requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas – com o recurso à possibilidade de alienação de património tendo em vista concretizar este investimento essencial para o desenvolvimento local e ampliação da capacidade de intervenção da Misericórdia no âmbito dos Cuidados Continuados;

Procurar dar início ao processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho – dinamizando o grupo de trabalho constituído para esse efeito e ponderando a eventual chamada à responsabilidade/parceria de outras entidades envolvidas neste longo processo;

Manter a oferta de uma agenda cultural e artística – recorrendo à atividade do Orfeon Maestro Alves Coelho, integrado na dinâmica da Academia Condessa das Canas, para além de outras iniciativas que a Misericórdia promoverá ao longo do próximo ano;

Promover a Sustentabilidade da Misericórdia – mediante a adequada gestão dos recursos disponíveis, quer sejam eles humanos, quer sejam materiais, reorganizando os seus serviços, de modo a assegurar que o funcionamento da Instituição não é colocado em causa e por isso a sua ação é cumprida;

Valorização do Património – através da atualização das respetivas avaliações, da aceitação de eventuais doações ou mesmo da identificação dos imóveis cuja manutenção no seio da Instituição não representa qualquer mais-valia e por isso, poderá e deverá ser utilizado na promoção de novos investimentos para a Misericórdia.

No que diz respeito às principais linhas de atuação foram destacadas as seguintes:

LINHAS DE ATUAÇÃO

Definidos os objetivos a concretizar no próximo ano, passemos agora a apresentar as grandes linhas de atuação definidas para as diversas áreas de intervenção da Misericórdia.

COMPLEXO SOCIAL

Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia | Serviço de Apoio Domiciliário | Centro de Dia das Secarias

No âmbito do funcionamento do Complexo Social as respostas sociais destinadas ao acolhimento e

apoio ao público mais velho, representam uma das áreas de atuação com maior impacto na vida da Misericórdia, tendo extrema relevância quer ao nível económico, quer ao nível histórico.



Nesse sentido, iremos agora abordar as várias valências e as expetativas consideradas para o ano que se aproxima.

Remodelação / Requalificação do Complexo Social

Ao longo dos últimos anos a Misericórdia tem procurado concretizar a requalificação de inúmeros espaços, quer no que toca aos serviços de apoio (cozinha, lavandaria, armazém, gabinetes, etc.), quer ao nível da componente ocupacional (salas de atividades).

No entanto, o próximo desafio consiste na remodelação dos espaços afetos ao acolhimento permanente dos utentes, designadamente os que integram a resposta social de ERPI, os quais tiveram início já em 2016 de forma mais intensa, por força do foco de incêndio que teve lugar no passado dia 27 de Junho.

Esta remodelação será ditada, como já vem sucedendo, pelas condições económicas e financeiras da Misericórdia, recorrendo-se preferencialmente aos recursos próprios, nomeadamente para levar a cabo os trabalhos de higienização e remodelação pontual de espaços.

Assim a adaptação de casas de banho e a remodelação de alguns quartos, terá continuidade no próximo ano, bem como a **substituição de telhados**, operação que ainda não foi realizada na sua plenitude, a par de alguns arranjos exteriores e pinturas de fachadas do complexo.

A Instituição, no entanto, não descartará a possibilidade de apresentar uma eventual candidatura específica ao Programa Operacional da Região Centro, designadamente ao eixo referente à inclusão social, caso estejam reunidas as condições para esse efeito.

Revisão de Acordos de Cooperação na resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário e Manutenção do número de utentes nas respostas de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e Centro de Dia (CD);

A revisão dos acordos de cooperação para o **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** tem sido uma das preocupações constantes nos últimos planos de atividades, designadamente porque esta valência tem sido alvo de uma aposta da Instituição, nomeadamente através da inclusão de **serviços de saúde ao domicílio e teleassistência**.

Para tal, a Misericórdia tem procurado obter a **majoração na comparticipação em mais 50%, conforme estabelecido** no protocolo bilateral assinado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social (MSTSS) e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), justificada pela resposta funcionar todos os dias da semana, garantindo, em média, 4 serviços aos utentes, entre alimentação, cuidados de saúde, teleassistência, tratamento de roupas, cuidados de higiene e limpeza habitacional.

Em relação às restantes respostas sociais no campo do apoio aos mais velhos a prioridade passará pela **manutenção dos índices de frequência**, especialmente quando se verifica que no concelho de Arganil existe uma redução das frequências pelas diversas respostas sociais desenvolvidas pelas IPSSs.

Para tal, será necessário aprofundar sinergias entre as diversas respostas sociais e equipamentos, nomeadamente através da partilha de serviços e recursos humanos.

Nesse particular, destaque para a **articulação entre o Complexo Social e o Complexo Saúde**, com

especial atenção ao contributo da Unidade de Cuidados Continuados no que aos encaminhamentos diz respeito, tendo por base a ideia de complementaridade.

Desta forma estima-se a manutenção de 120 utentes na ERPI, enquanto no Centro de Dia, a Instituição pretende **manter os níveis de frequência, através de um horário prolongado de funcionamento, com jantar incluído, laborando ainda aos fins-de-semana (Centro de Dia sede), com o complemento de um serviço de transporte.**

Neste caso, a média no Centro de Dia da Sede não deverá ser inferior a 43 utentes, enquanto que no Centro de Dia de Secarias serão mantidos os 9 beneficiários.

Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas

O Protocolo bianual celebrado entre o Ministério do Trabalho, Segurança Social e Solidariedade (MTSS) e a União das Misericórdias Portuguesas termina a 31 de dezembro de 2016.

Contudo, é expectável a celebração de novo acordo, com uma atualização de 1% nas participações devidas pelo Estado.

Até agora, o referido protocolo, designado de Compromisso para a Cooperação, tem permitido, mais do que a regulamentação das participações no âmbito da rede Solidária, um mecanismo de negociação tendo por base uma parceria efetiva, pelo que a Misericórdia deseja a manutenção deste procedimento.

Reforço da política de formação / qualificação do pessoal

Recentemente a Instituição realizou um investimento traduzido na contratação de um Técnico Superior de Higiene e Segurança, com a componente da gestão da qualidade associada.

Esta contratação visou dotar a Misericórdia de um recurso humano qualificado, capaz de desenvolver um conjunto de competências internas, a começar com a **implementação/dinamização de um plano de formação interna**, com especial atenção ao nível da higiene e segurança.

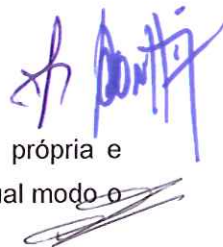
Com o patrocínio da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), será também desenvolvida formação externa, para além do incentivo à participação em seminários, conferências ou outros eventos que contribuam para a melhoria do desempenho dos profissionais da Instituição.

Quanto ao processo de certificação no âmbito do EQUAS, este não foi possível de concluir, especialmente por motivos de ordem económica, sendo expectável retomar-se este assunto com o novo quadro técnico.

Manter a oferta de atividades lúdico-ocupacionais destinadas aos utentes

A ocupação dos utentes das diversas respostas sociais da Instituição tem sido uma preocupação desde sempre presente no seio da Misericórdia, sejam quais forem as suas idades, pois permite retardar a perda individual de competências, como de igual modo estabelecer uma maior proximidade com a própria Instituição.

Para tanto, existe uma equipa composta por vários profissionais que dinamizam e promovem um vasto conjunto de atividades ocupacionais, utilizando para esse efeito diversos espaços, com destaque para o Complexo Desportivo – Zé Miguel (campo polidesportivo e piscinas) e a Mata das Misericórdias.



Deste modo, serão desenvolvidas várias atividades devidamente inscritas em programação própria e específica conforme documentação anexa, abrangendo, não só o Complexo Social, mas de igual modo o Complexo de Saúde.

Assim, para além dos já habituais passeios temáticos e das comemorações de datas específicas do calendário, serão também levadas a efeito sessões de informação e sensibilização dos utentes, contacto com as novas tecnologias, ginástica, natação, música, inglês, entre tantas outras.

Projeto Vidas

A questão das demências é algo que tende cada vez mais a mobilizar recursos da Instituição, devido ao crescente número de utentes que padecem deste tipo de problemas.

Nesse sentido, foi com entusiasmo que a Misericórdia de Arganil aceitou participar e colaborar no projeto Vidas, traduzindo-se na formação de alguns elementos da sua estrutura técnica, bem como a identificação de alguns espaços passíveis de serem adequados à colocação de alguns dos utentes que padecem de patologias do campo das demências.

Associado a este projeto procedeu-se à aplicação das novas tecnologias para a devida monitorização diária de alguns pacientes (5), possibilitando desta forma um melhor acompanhamento dos mesmos.

Face à importância deste tema, a Misericórdia continuará a reforçar a sensibilização dos seus quadros para a questão da problemática das demências, mantendo a aposta nas novas tecnologias, mas de igual modo não deixará de ponderar a perspetiva de reabilitação do antigo Hospital Condessa das Canas como espaço de referência para o acolhimento de utentes com esta problemática.

Centro de Atividades e Tempos livres | Atividades de Animação e Apoio à Família

O Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), assim como a componente de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), funcionam no edifício D. Arminda Sanches integrado no perímetro da EB1 de Arganil.

No caso destas duas respostas sociais a preocupação residirá na procura da manutenção dos índices de frequência, com especial incidência no CATL, sabendo-se hoje que, porventura, se verificará uma redução do número médio de crianças, face à redução da população estudiantil no concelho de Arganil.

Neste caso, a Instituição procurará manter um número de cerca de 40, crianças, o que já por si representa uma redução potencial de 20 utentes, prevista em sede de orçamento.

No que se refere às AAAF o número estimado será de 28 crianças, podendo corresponder a um pequeno aumento das receitas daí provenientes, face ao ano de 2016.

No entanto, a Instituição deverá assegurar a **diversidade de serviços prestados** nestas duas respostas, com especial incidência nos serviços de **apoio ao estudo e Terapia da Fala**.

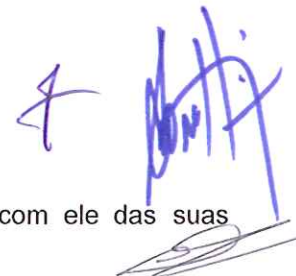
Academia Condessa das Canas

A recuperação da escola do Paço Grande é essencial para o normal funcionamento da Academia, no entanto, e apesar de parte dessa recuperação estar já concluída, ainda não foi possível colocar em funcionamento o referido espaço na plenitude que se deseja.

Deste modo, 2017 será marcado pela continuação dos trabalhos de recuperação do imóvel, na expectativa de que possa acolher no próximo ano, algumas das valências previstas para a Academia

Condessa das Canas.

A esse propósito destaca-se a colocação do Orfeon Maestro Alves Coelho e com ele das suas atividades.



Orfeão Maestro Alves Coelho

Já não restam dúvidas de que o Orfeão Maestro Alves Coelho é hoje uma referência no panorama musical, pelo que será de manter por parte da Misericórdia o respetivo apoio logístico, não só a nível de espaços para ensaio, como também de transporte para a participação em diversos concertos.

Nesse sentido, a gestão de uma agenda de concertos, será uma prioridade em estreita articulação com o responsável artístico | maestro.

Mata e Jardim

A Mata da(s) Misericórdia(s) faz hoje parte do património da Instituição de forma tão profunda, que já não é possível pensar a Misericórdia de Arganil, sem ter em linha de conta a sua riquíssima Mata.

Este espaço natural é algo único no espetro das Instituições da rede solidária, sendo caso raro no País uma Instituição deste género ter integrado no seu espaço operacional e funcional uma Mata, devidamente cuidada e tratada que serve também para o lazer dos seus utentes e da própria comunidade.

Em 2017 espera-se a **manutenção, limpeza e embelezamento deste espaço, com o alargamento de alguns espaços temáticos como é o caso da Rua das Misericórdias**, sem esquecer a continuidade da operação de **enxertia dos pinheiros mansos** plantados alguns anos atrás.

A **produção de alguns produtos**, numa fase meramente experimental, deverá ser uma preocupação para o ano vindouro, com especial incidência no aproveitamento dos inúmeros medronheiros existentes (aguardente de medronho).

Estes produtos, como são o caso dos pinhões, ou de aguardente de medronho, poderão vir a representar uma fonte de receitas adicional, capaz de contribuir para a sustentabilidade da Mata das Misericórdias e a sua valorização.

Centro Ambiental – Preservação de espaços / Realização de Eventos

Tendo sempre presente o tema do ambiente, a Instituição irá procurar valorizar e manter os espaços existentes, com destaque para o largo dos antigos alunos do Externato Alves Mendes, as Ruas das Misericórdias, das Freguesias, dos inúmeros largos, do percurso dos poetas, do circuito de manutenção, saúde e bem-estar, das charcas e cascatas, dos anfiteatros ao ar livre, do bungalow, do espaço dos Lions e das escolas, entre tantas estruturas.

A este propósito deve ser destacada a presença dos mais jovens, nomeadamente das escolas de Arganil, que aqui podem usufruir de um espaço ao ar livre para a prática do desporto escolar e do estudo da flora e fauna existentes.

Mas não só os mais jovens poderão beneficiar da Mata da Misericórdia, também toda a comunidade a poderá usufruir dos hábitos de vida saudável.

Outros Projetos de Intervenção Social | RLIS

A Misericórdia deu início à **implementação da candidatura aprovada no âmbito da Rede Local de Intervenção Social (RLIS)**, com a conseqüente manutenção do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), ainda no ano de 2016 (continuação do projeto piloto 2014-2015).

Para tal disponibiliza uma equipa de 3 elementos técnicos, e conta com diversos gabinetes de atendimento espalhados por diversas localidades, em estreita parceria com outras tantas instituições.

Essas entidades estão sedeadas em: Anseriz, Barril do Alva, Cerdeira e Moura da Serra, Cepos, Coja, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo e Secarias.

A expectativa relativamente à RLIS é a sua continuidade em 2017, reforçando-se e aprofundando-se o trabalho no terreno com diversos interlocutores, cujos resultados estão à vista de todos e têm-se traduzido numa profícua colaboração que já originou dois protocolos de cooperação nas mais diversas áreas, que vão desde o apoio técnico, com a Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça e a prestação de cuidados de enfermagem, com a Casa do Povo da Cerdeira e Moura da Serra.

Relativamente a outros projetos chama-se a atenção para a participação da Instituição no Conselho Local de Ação Social (CLAS), bem como a presença no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arganil, sem esquecer a colaboração prestada, por meio de 3 elementos técnicos, à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ).

Ainda neste ponto realçar que, apesar do impacto local do **programa das Cantinas Sociais**, é **expetável que esta medida seja encerrada em 2017**, pelo que a Misericórdia não poderá dar prolongamento a esta ação, a qual tem sido assegurada mediante protocolos com outras instituições locais, para as quais são transferidas verbas que permitem pagar as refeições fornecidas a agregados carenciados.

Secretariado Regional de Coimbra da UMP e Secretariado Nacional

A Misericórdia sobre esta matéria continuará a assegurar a colaboração **institucional, através do seu Provedor, a par da assessoria técnica**, quer a nível regional quer a nível nacional, por meio do seu Diretor Geral.

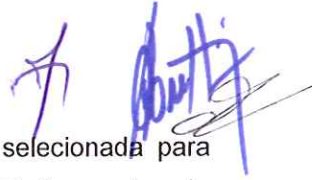
Sala de Snoezelen – Dr. Armando Dinis Cosme

A sala de snoezelend – Dr. Armando Dinis Cosme, tem desenvolvido a sua atividade junto dos cidadãos mais velhos, sem esquecer os mais jovens provenientes do Agrupamento de Escolas de Arganil, numa lógica intergeracional.

Para tanto, este será **um recurso que continuará a estar disponível quer internamente, quer externamente**, através do desenvolvimento da estimulação cognitiva e sensorial, por meio da dedicação de diversos profissionais como são o caso de Médico de reabilitação Física, Terapeuta da Fala, Psicólogo, Fisioterapeutas e Assistentes Sociais.

Apresentação Candidatura Plataforma Informática de Gestão – Quadro Comunitário

A gestão eficiente da Instituição tem sido uma preocupação permanente no funcionamento do órgão competente com a responsabilidade sobre esta matéria, neste caso a Mesa Administrativa.



Nesse sentido, a Misericórdia de Arganil aceitou de bom grado o facto de ter sido seleccionada para promover o desenvolvimento de uma plataforma informática de apoio à gestão, cujo objetivo será o de agilizar um conjunto de procedimentos tendo em vista a tomada de decisões em tempo útil sobre as diversas componentes operacionais da vida da Instituição.

Para tal, e sob a égide da União das Misericórdias Portuguesas, será promovida a apresentação de uma candidatura aos fundos comunitários, destinada ao desenvolvimento deste software, que não pretende substituir os programas de contabilidade existentes no mercado, mas antes complementá-los, tendo por base uma realidade muito específica das Santas Casas, facilitando o trabalho de quem tem que decidir sobre a alocação de recursos ao funcionamento deste tipo de Instituições.

COMPLEXO DE SAÚDE

Se na estrutura do Complexo Social as valências nele incluídas encontravam-se maioritariamente vocacionadas para a prestação de serviços dirigidas aos mais velhos e aos mais jovens, alicerçadas em acordos de cooperação estabelecidos com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS), já no âmbito do Complexo de Saúde a sua principal característica reside no facto das respostas desenvolvidas terem o predomínio da participação assegurada pelo Ministério da Saúde.

Neste caso, são os serviços cuja contratualização reside no campo da articulação com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), como são o caso da Unidade de Cuidados Continuados – Hospital Dr. Fernando Vale e a Unidade de Medicina Física e reabilitação, que compõem esta estrutura da Misericórdia.

De igual modo, aqui deverá ser inserido o projeto de requalificação e remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas, um objetivo há muito desejado pela Instituição.

Unidade de Cuidados Continuados Dr. Fernando Vale

Tal como sucedeu em 2016, a Misericórdia considera fundamental para 2017 manter a taxa de ocupação deste equipamento acima dos 85%, tendo em vista assegurar os índices de operacionalidade da resposta, assim como o nível de receitas fundamental para a respetiva sustentabilidade.

Esta preocupação justifica-se pelo crescente número de camas no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados que têm vindo a ser disponibilizadas, nomeadamente no território regional onde se insere a unidade da Santa Casa. Oferta esta, que não tem tido o devido acompanhamento no âmbito dos encaminhamentos por parte dos serviços competentes das estruturas do Estado, apesar da necessidade deste tipo de resposta ser bem visível para os profissionais no terreno.

Não poderá deixar de se referir a constante preocupação nos atrasos dos pagamentos devidos pelo Estado no âmbito do funcionamento deste equipamento, algo que é transversal a diversas unidades espalhadas pelo País.

Unidade de Medicina Física e Reabilitação

No âmbito do processo de reformulação da intervenção da Misericórdia no campo da Medicina Física e de Reabilitação, deu-se início, em 2016, ao processo de extinção da Clifiargus, uma vez que não fazia sentido a continuidade desta sociedade comercial, face às atuais necessidades da Santa Casa.

Assim, após a renovação da equipa clínica, ajustando-a a um cenário de maior competitividade, face á

abertura de diversas unidades desta natureza nos concelhos limítrofes, como Oliveira do Hospital e Tábua, a Instituição espera no ano vindouro recuperar receitas e incrementar uma outra dinâmica deste equipamento junto da comunidade.

Exemplo disso, passa pela consolidação das turmas de ginástica, as quais tiveram início no último quadrimestre de 2016, sendo expetável o seu crescimento já no próximo ano.

Hospital Condessa das Canas

A requalificação e remodelação do antigo hospital tem sido uma meta, desde algum tempo a esta parte, que a Instituição não tem perdido do seu horizonte.

Com efeito, este projeto foi integrado no âmbito do Programa Modelar II com um financiamento público aprovado e contratualizado de setecentos e vinte e quatro mil, cento e um euros (724.101,00€), num total de investimento de dois milhões, cento e oitenta e sete mil e seiscentos e seis euros e vinte e oito cêntimos (2.187.606,28€), correspondentes ao valor da adjudicação à data efetuado.

Face às diligências realizadas em 2016, esperemos que seja possível o início das obras de recuperação do antigo hospital da Misericórdia.

Apesar de este projeto estar programado para as tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção, a Instituição não descarta a possibilidade do mesmo ser reajustado para o campo das demências, em face da significativa preponderância desta problemática junto da população mais velha.

No entanto, é crucial recordar que o avanço da obra se encontra pendente da concretização de receitas extraordinárias, nomeadamente a venda de património, capaz de assegurar parte fundamental dos recursos financeiros imprescindíveis à realização deste significativo investimento.

PATRIMÓNIO EDIFICADO, RELIGIOSO, CULTURAL E DESPORTIVO

Ao longo dos anos a Instituição tem recebido diversos imóveis, sendo fundamental manter-se a preocupação de **atualização do inventário patrimonial, levantamento e elaboração de plantas do edificado, e inventariação dos bens da Misericórdia.**

Só desta forma tem sido possível a constituição de dossiers completos dos vários imóveis detidos pela Santa Casa, o que tem possibilitado a gestão eficaz e estratégica deste recurso, sendo possível identificar aqueles que representam uma mais-valia para a Instituição, e que por isso deverão ser alvo de valorização, em detrimento daqueles que representam um encargo desnecessário, e por isso sujeitos a alienação.

É neste contexto que o arrendamento tem representado uma fonte de receitas que, ano após ano, têm vindo a crescer, contribuindo para a sustentabilidade da Misericórdia.

Convém, contudo, recordar algum desse património:

Quinta dos Bons-Dias (*)

Quinta do Moinho Velho

Bairro da Quinta Nova

Moradia da Alagoa (Arganil)

Habitacões da Amadora

Moradia das Torrozelas

Apartamento em Coja;

Vários terrenos rústicos no Concelho de Arganil

* Imóveis com alienação autorizada pela Assembleia Geral

No que concerne ao património religioso, composto por diversos artefactos como são o caso das bandeiras processionais, a cruz da instituição e diversas relíquias, sem esquecer a igreja, o seu órgão de tubos e a Via Sacra aí exposta, continuarão a merecer a atenção da Instituição.

Quanto aos equipamentos desportivos, como são o caso do **Complexo "Zé Miguel"**, a par do polidesportivo, composto pelas piscinas da Instituição, manter-se-ão em atividade na época de veraneio, servindo assim, quer a comunidade e visitantes, quer entidades parceiras.

De realçar que todos estes equipamentos citados servem os utentes da Misericórdia, mas de igual modo, dão resposta a algumas necessidades da comunidade arganilense, sendo facultada a sua utilização a diversas entidades parceiras, como são: Igreja, Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Bombeiros, Agrupamento de Escolas de Arganil, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Clubes de Serviço, Lions Clube de Arganil, Fundação Memória da Beira Serra, Casa da Comarca de Arganil, Comissões de Melhoramentos, Agrupamento de Escolas, Guarda Nacional Republicana, etc. etc.

Há a acrescentar a essa já extensa lista de espaços e equipamentos outros recursos como são:

- Autocarro de 23 lugares
- Campo Dr. Eduardo Ralha
- Salão Nobre do Complexo Social;
- Pavilhão do Paço Grande
- Parque Infantil Eng.º Leitão
- Jardim Condessa das Canas

Feira do Mont'Alto

Atualmente encontra-se em vigor o protocolo de cedência da organização da **Feira do Mont'Alto** à Câmara Municipal de Arganil. No entanto, existe um conflito latente e que tem a ver com a realização de escritura justificativa do terrado da feira, como aliás já foi devidamente explanado no Plano de Atividades para 2016.

Neste caso, a Câmara Municipal registou o referido espaço como sendo propriedade do Município de Arganil, **sem que esteja devidamente acautelado o ónus que recai sobre o mesmo e que confere o direito à Misericórdia de usufruir dele nos dias do designado certame.**

Ora, todos sabem que o tradicional espaço de realização da Feira do Mont'Alto é o terrado da feira no Paço Grande, cuja ocupação nos dias 6,7 e 8 é da responsabilidade da Santa Casa e, sendo o protocolo celebrado em 2011 de natureza temporária, não pode a Instituição deixar de defender a existência desse ónus no futuro.

Em devida altura foi solicitado junto da Câmara Municipal a correção à escritura justificativa, pois esta não acautelou a existência desse ónus nos dias já referidos a favor desta Misericórdia, pedido este que não mereceu o acolhimento devido.

Mais uma vez a Misericórdia vê-se na contingência de fazer valer os seus direitos, uma vez que não foi corrigida a escritura em causa, a qual foi concretizada tendo por base 3 testemunhas que, certamente por lapso, terão escamoteado a História da Feira do Mont'alto e a sua aprofunda ligação à Misericórdia.

Cine-teatro Alves Coelho

O ano de 2016 foi marcado pelo facto de que **foi reconhecido à Misericórdia a sua razão relativamente à questão do Cineteatro Alves Coelho**, assim como as deliberações tomadas em 2008 pela respetiva Assembleia Geral sobre esta matéria.

Para tanto, a Instituição viu a sua pretensão decidida pelas instâncias judiciais, quer em relação à providência cautelar, quer em relação à ação principal, por meio da qual era pedido a devolução do imóvel em causa, bem como as rendas e as diversas obras existentes no referido espaço.

O mesmo tribunal considerou ainda, ter sido a Câmara Municipal a única responsável pelo incumprimento do contrato assinado em 2008 com a Misericórdia.

Nesse sentido, abriu-se uma nova etapa, pelo que a Instituição espera que em 2017 o Grupo de Trabalho, entretanto constituído para analisar o conceito que se pretende para o edifício, tenha já apresentado as suas sugestões.

Mais, espera também, encontrar parceiros para a concretização da recuperação do emblemático edifício, recuperação esta que depende do estado em que o mesmo se encontra, aguardando-se a entrega do estudo entretanto solicitado sobre esta matéria.

A Misericórdia faz votos **para que a Câmara Municipal tenha a abertura para não deixar de fora o Cineteatro Alves Coelho**, isto no âmbito de uma eventual recuperação integrada na reabilitação urbana projetada para o centro da vila, até porque a degradação verificada entre 2008 e 2016, certamente se deveu à ausência de qualquer manutenção desse espaço, o mínimo que se impunha.

A Misericórdia tem ainda a expectativa de que a Junta de Freguesia de Arganil possa vir a pronunciar-se sobre esta matéria, uma vez que, até ao dia de hoje, nunca o fez.

ORÇAMENTO

A elaboração do orçamento para 2017 teve em consideração as linhas de atuação definidas pela Misericórdia, pelo que se espera que a componente económico-financeira prevista seja suficiente para a concretização das metas traçadas.

Na certeza porém, de que parte das ações preconizadas estão pendentes da concretização de receitas extraordinárias, resultantes da venda de património e cujo impacto será manifestado no campo dos investimentos.

Essas receitas, sendo extraordinárias, não entram na previsão do orçamento corrente, mantendo-se pois, uma postura cautelosa na definição desta ferramenta de gestão.

Deste modo, a previsão, quer dos rendimentos, quer dos gastos, assenta num conjunto de indicadores internos e externos, por forma a obter-se um orçamento o mais realista e exequível, estimando-se um resultado positivo de mil, seiscentos e noventa e um euros (1.691,00€).

Rendimentos

No campo dos rendimentos estimados para 2017 a Instituição preconiza um total de dois milhões, setecentos e trinta e dois mil, setecentos e quarenta e cinco euros (2.732.745,00€), o que representa um crescimento de 1,11%, ou seja, mais vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e três euros (29.953,00€) face ao orçamento do ano anterior.

Este crescimento resulta, entre outros aspetos, de uma previsão de atualização dos acordos de cooperação com o MTSS em mais 1%, considerando-se uma manutenção dos níveis de frequência, designadamente das respostas sociais integradas no Complexo Social.

A exceção a essa previsão ocorre apenas no CATL, cujos níveis de frequência estimados traduzem uma redução em cerca de 20 crianças, com um impacto nas estimativas que corresponde a uma redução, face ao orçamento do ano anterior. Neste caso, menos dez mil e oitenta e nove euros (10.089,00€).

De realçar que a inclusão da possibilidade de revisão do acordo de cooperação para o SAD, com uma majoração do apoio recebido, continua a ser mantida como previsão, apesar de, até ao momento, não ter sido concretizado, face ao orçamento de 2016.

De realçar ainda, a projeção de um crescimento na rúbrica dos rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros, em cerca de mais 37%, face ao ano anterior, ou seja, mais cerca de cinquenta mil euros (50.000,00€)

Este crescimento está calculado tendo em conta dois fatores. O primeiro resulta do aumento do valor das rendas graças à inclusão de património para esse fim. O segundo está relacionado com a possibilidade de alienação de imóvel, mediante a autorização da Assembleia Geral a conceder em Março do próximo ano.

Não obstante, não pode deixar de ser referido com alguma preocupação para a Instituição o término do programa das Cantinas Sociais, o qual representava uma receita previsível de sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e oito euros (68.438,00€), tendo como referência o orçamento de 2016.


Esta perda, mais do que pelo valor económico em si, representa também a perda de recursos para as diversas instituições locais, na medida em que parte deste montante era transferido para outras diversas entidades, no âmbito de protocolos de colaboração celebrados com a Misericórdia.

Isto sem falar no impacto social local, designadamente junto de alguns agregados carenciados do Concelho de Arganil.

Contudo, e na componente específica dos rendimentos o aumento estimado das receitas previstas para a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação, em cerca de mais sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e dois euros (63.542,00€), quando comparado com 2016, possibilitará anular essa potencial perda de receitas associado ao programa das Cantinas Sociais.

Quanto aos critérios utilizados para o cálculo dos rendimentos eles foram, genericamente, os seguintes:

Rendimentos / Descrição

- 
- Na conta correspondente às vendas projetou-se um valor tendo por base a média dos 9 meses, mas replicado aos doze meses com 0,7% de inflação;
 - Nas mensalidades e nas participações dos utentes e famílias em todas as respostas sociais projetou-se, com base na média obtida do saldo a setembro, um montante atualizado em 0,7% e, um aumento de 10,00€ replicado a 5 meses para os utentes com valores inferiores a 628,33€;
 - Foi considerada a manutenção dos níveis de frequência dos utentes nas diversas respostas sociais, com exceção do CATL que passou a contemplar 40 crianças;
 - Considerou-se uma atualização de 1% em todos os acordos com a Segurança Social, com exceção do protocolo de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidaria de Cantinas Sociais que foi dada como terminada;
 - Na área da saúde, o valor da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação foi projetado através da média mensal obtida a partir dos últimos anos de funcionamento da Clifiargus e perspectivou-se uma taxa de ocupação acima dos 85% no Hospital Dr. Fernando Valle, com uma atualização dos valores dos acordos em 1% nas duas tipologias;
 - Projetou-se um recebimento de quotas da irmandade tendo por base o saldo a Setembro;
 - O valor das rendas foi calculado através do saldo a setembro de 2016, com a aplicação de um índice de 1,0054 e projetou-se a inclusão das rendas do Cineteatro e do novo património recebido;
 - No campo da participação da autarquia para as AAAF foi tida em conta uma frequência de 27 crianças, tendo por base um valor unitário mensal de 30,99€;
 - Nas rubricas menos relevantes considerou-se o histórico a setembro.

Gastos

No campo dos gastos as previsões vão no sentido destes traduzirem um crescimento de 1,06%, ou seja, mais vinte e oito mil, setecentos e dezasseis euros (28.716,00€).

Deste modo, estima-se para o ano de 2017 um valor total no campo das despesas de dois milhões, setecentos e trinta e um e cinquenta e quatro euros (2.731.054,00€), sendo que a projeção realizada levou em linha de conta o valor previsto para a inflação, neste caso 0,7%.

De realçar que o maior crescimento no campo dos gastos, isto em termos de valor, está relacionado com a rubrica de custos com o pessoal, na medida em que, face ao orçamento de 2016, prevê-se um aumento de cento e vinte quatro mil, quatrocentos e vinte e dois euros (124.422,00€).

Neste caso o crescimento será de 8,5%, muito especialmente motivado pela inclusão dos colaboradores que transitaram da Clifiargus para a Misericórdia, sem esquecer a eventual atualização do Salário Mínimo Nacional, passando de quinhentos e trinta euros (530,00€) para quinhentos e cinquenta e sete euros (557,00€), o que engloba 89 colaboradores, sem esquecer eventuais atualizações decorrentes do novo CCT.

Nas restantes rubricas foi levado em linha de conta o saldo a Setembro do ano corrente, bem como o valor previsto para a inflação, sendo que há a destacar a redução de oitenta e sete mil e seiscentos

euros (87.600,00€), face ao orçamento de 2016, na rubrica dos trabalhos subcontratados, no qual se incluía a Fisioterapia que passou a ser desenvolvida pela Misericórdia, sem o recurso a entidades externas.

No que diz respeito aos critérios para o cálculo dos gastos, estes foram os seguintes:

Gastos / Descrição

- No custo das mercadorias v./das matérias consumidas teve-se em consideração o saldo até setembro, calculando-se a respetiva média replicada a 12 meses, com a atualização de 0,7% da taxa de inflação;
- No fornecimento de serviços externos de um modo geral (conta 62) fez-se uma projeção tendo por base o acumulado nos 9 meses, levando em linha de conta a taxa de inflação, sendo que no trabalho especializado e honorário o valor apresentado é baseado nos contratos / propostas para os mesmos;
- Ainda nos serviços externos mas na subconta 621, anulou-se a despesa com subcontratados (fisioterapia) e na subconta 626 – serviços diversos – foram contempladas as rendas dos espaços afetos à RLIS;
- Na rubrica de eletricidade foi aplicada ao histórico uma taxa de aumento de 1,2% conforme divulgação da imprensa nacional, enquanto os combustíveis e a água teve em conta o saldo acumulado e a taxa de inflação;
- Nos custos com pessoal, teve-se em consideração o quadro de pessoal a setembro, com a respetiva atualização do SMN. Foi tida em conta uma taxa de absentismo de 10%, ao mesmo tempo que foi contemplado o aumento da taxa para a segurança social em mais 0,3%, a par do pagamento integral dos feriados.
- Nas amortizações considerou-se os elementos sujeitos a depreciação em 2017, conforme simulação do programa de imobilizado;
- Restantes custos foi levado em linha de conta o acumulado a setembro e respetiva projeção, levando em linha de conta a taxa de inflação.

Relativamente ao campo dos investimentos as áreas prioritárias serão num total oitocentos e vinte mil euros (820.000,00€), distribuídos por vários equipamentos e edifícios, se for possível a realização de eventuais receitas extraordinárias:

Investimentos

Em pormenor, podemos afirmar que essas receitas extraordinárias encontram-se dependentes da concretização de algumas operações de alienação de património, designadamente a venda da Quinta dos Bons Dias, uma vez que a Assembleia Geral de 2006 deu a devida aprovação, mas apenas em 2016 foi resolvida a questão jurídica que sobre esse imóvel pendia, conforme descrito na Assembleia Geral realizada em Março do ano corrente.

Deve também ser salientado que algum do investimento apresentado não corresponde à totalidade das verbas necessárias para esse efeito, nomeadamente o que respeita à remodelação do antigo Hospital da Misericórdia.

Neste caso, a totalidade da remodelação não será concluído em 2017, face ao calendário das obras, pelo que o valor apresentado corresponde apenas a uma estimativa de gastos contemplando unicamente o ano em causa.

De igual modo, o subsídio previsto no quadro em baixo apresentado reporta ao Programa Modelar II, o qual, no âmbito do mesmo, apresenta um valor superior, mas que apenas foi considerado o proporcional ao montante do investimento privado da responsabilidade da Misericórdia para 2017.

Poderemos ainda verificar que o total do esforço da Misericórdia, realizado através de capitais próprios (outros), resultantes das eventuais receitas extraordinárias, será de seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco euros e dezasseis cêntimos (662.825,16€).

Deste modo, prevê-se cem mil euros (100.000,00€) para o cineteatro, dependendo do relatório de avaliação do estado do edifício, seiscentos mil euros (600.000,00€) referente ao trabalhos de reabilitação do antigo hospital, cinquenta mil euros (50.000,00€) na estrutura residencial para idosos, dez mil (10.000,00€) para a apresentação candidatura referente à plataforma informática de gestão (SINERGI) e, por último, sessenta mil euros (60.000,00€).

Terminada a apresentação do Plano de Atividades e Orçamento e apresentada a informação remetida pela empresa PKF (Revisores Oficiais de Contas), considerando que os indicadores utilizados para a elaboração do orçamento eram razoáveis, face à atual realidade, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu a palavra à Presidente do Conselho Fiscal / Definitório, a Sr.^a Maria Lizete Jorge.

No uso da palavra a Presidente do Conselho Fiscal procedeu à leitura do respetivo parecer do conselho Fiscal / Definitório que a seguir se transcreve.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

De acordo com as competências previstas nas alíneas a) e c) do artg. 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o respetivo Conselho Fiscal / Definitório reuniu, no dia 9 de Novembro de 2016, pelas 17 horas, no Salão Nobre da Instituição, tendo como propósito analisar e emitir parecer sobre o Plano de Atividades / Programa de Ação e Orçamento para o ano de 2017.

Após a análise do documento em causa e obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, destacamos os objetivos inscritos no mesmo:

- 1. Dar continuidade aos esforços de requalificação dos espaços integrados no Complexo Social;**
- 2. Manter as parcerias com o Setor Estado, ao nível da área da Cooperação;**
- 3. Promover a Mata das Misericórdias como espaço de lazer, cultura e desporto;**
- 4. Manter a formação interna e externa para os respetivos colaboradores;**
- 5. Procurar dar início aos trabalhos de remodelação e requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas;**
- 6. Procurar dar início ao processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho;**
- 7. Manter a oferta de uma agenda cultural e artística;**
- 8. Promover a Sustentabilidade da Misericórdia;**
- 9. Valorização do Património.**

Conhecido o plano que os sustenta, o Conselho Fiscal / Definitório entendeu atribuir concordância ao mesmo, procedendo à análise das previsões económicas para o ano de 2017.

No campo dos rendimentos verificou-se que a Instituição estabeleceu um total de dois milhões, setecentos e trinta e dois mil, setecentos e quarenta e cinco euros (2.732.745,00€), o que representa um crescimento de 1,11%, ou seja, mais vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e três euros (29.953,00€) face ao orçamento do ano anterior.

Constatou-se que esse crescimento resulta, entre outros aspetos, de uma previsão de atualização dos acordos de cooperação com o MTSS em mais 1%.

A inclusão da possibilidade de revisão do acordo de cooperação para o SAD, com uma majoração do apoio recebido, continua a ser mantida como previsão, apesar de, até ao momento, não ter sido concretizado, face ao orçamento de 2016.

Na rúbrica dos rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros, constatou-se um aumento de cerca de mais 37%, face ao ano anterior.

Detetou-se serem dois os fatores que sustentaram a previsão desse crescimento.

O primeiro resulta do aumento do valor das rendas graças à inclusão de património para esse fim. O segundo está relacionado com a possibilidade de alienação de imóvel, mediante a autorização da Assembleia Geral a conceder em Março do próximo ano.

Contudo, não pode deixar de ser registado o fim do programa das Cantinas Sociais, o qual representava uma receita previsível de sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e oito euros (68.438,00€), tendo como referência o orçamento de 2016.

Esta perda representa, simultaneamente, a perda de recursos para as diversas instituições locais, na medida em que parte deste montante era transferido para outras diversas entidades, no âmbito de protocolos de colaboração celebrados com a Misericórdia.

Pela positiva regista-se a previsão do aumento das receitas para a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação, em cerca de mais sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e dois euros (63.542,00€), quando comparado com 2016, o que possibilitará anular a perda de receitas associado ao programa das Cantinas Sociais.

Do lado dos gastos as previsões vão no sentido destes apresentarem um crescimento de 1,06%, ou seja, mais vinte e oito mil, setecentos e dezasseis euros (28.716,00€), estimando-se para o ano de 2017 um total de despesas de dois milhões, setecentos e trinta e um e cinquenta e quatro euros (2.731.054,00€), sendo que a projeção realizada levou em linha de conta o valor previsto para a inflação, neste caso 0,7%.

O maior crescimento no campo dos gastos, isto em termos de valor, está relacionado com o pessoal, na medida em que, face ao orçamento de 2016, prevê-se um aumento de cento e vinte quatro mil, quatrocentos e vinte e dois euros (124.422,00€).

Neste caso o crescimento será de 8,5%, motivado pela inclusão dos colaboradores que transitaram da Clifargus para a Misericórdia, sem esquecer a atualização do Salário Mínimo Nacional, passando de quinhentos e trinta euros (530,00€) para quinhentos e cinquenta e sete euros (557,00€).

Há ainda a registar a redução de oitenta e sete mil e seiscentos euros (87.600,00€), face ao orçamento de 2016, na rúbrica dos trabalhos subcontratados, no qual se incluía a Fisioterapia que passou a ser desenvolvida pela Misericórdia, sem o recurso a entidades externas.



Assim, tendo em conta o total de rendimentos, face ao total de gastos, a previsão do resultado para 2017 é de mil, seiscentos e noventa e um euros (1.691,00€)

Quanto a investimentos é estimado um valor de oitocentos e vinte mil euros (820.000,00€), distribuídos por Cineteatro Alves Coelho, antigo Hospital Condessa das Canas, Escola do paço Grande, remodelação do Complexo Social, bem como a apresentação de uma candidatura aos fundos comunitários, tudo isto condicionado à realização de receitas extraordinárias.

Essas receitas extraordinárias encontram-se dependentes da venda da Quinta dos Bons Dias, aprovada pela Assembleia Geral de 2006, mas por força da questão jurídica que sobre esse imóvel pendia, apenas agora poderá ser possível a respetiva viabilização, conforme descrito na Assembleia Geral realizada em Março do ano corrente.

Poderemos ainda verificar que o total do esforço da Misericórdia, realizado através de capitais próprios (outros), resultantes das eventuais receitas extraordinárias, será de seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco euros e dezasseis cêntimos (662.825,16€).

O Conselho Fiscal conclui, que as estimativas realizadas mostram-se consentâneas com a realidade e adequadas aos objetivos definidos pelo que, deliberou, **por unanimidade, dar parecer positivo ao Plano de Ação e Orçamento para 2017, sugerindo a aprovação em Assembleia Geral, reconhecendo, desde já, o esforço da Mesa Administrativa e serviços técnicos na boa elaboração dos documentos, para os quais solicita a aprovação de um voto de louvor pelo trabalho realizado.**
Arganil, 9 de Novembro de 2016

O Conselho Fiscal

Apresentado o parecer do Conselho Fiscal / Definitório, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, colocou a discussão, quer o Plano de Atividades e Orçamento para 2017, quer o parecer já enunciado.

Não se tendo registado qualquer pedido de intervenção por parte dos irmãos presentes, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, colocou a votação e em minuta os documentos constantes do segundo ponto da ordem de trabalhos, neste caso o Plano de Atividades / Ação e Orçamento para 2017 e o parecer do Conselho Fiscal / Definitório, constando deste último um voto de louvor à Mesa Administrativa e serviços técnicos na boa elaboração dos documentos.

Colocados a votação, foram aprovados em minuta, por unanimidade e aclamação, todos os documentos assim como o voto de louvor à Mesa Administrativa e serviços técnicos.

3. Ratificação da aceitação da doação do prédio inscrito na respetiva matriz sob o artigo 12 e descrito no Registo Predial sob o nº 1422, da freguesia do Beato, nos termos constantes da escritura lavrada em 17/10/2016 no Cartório de Arganil, exarado de folhas 17 a folhas 18 verso do Livro de Notas 105-E;

Chegados ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu a palavra ao Provedor da Misericórdia, Prof. José Dias Coimbra, para proceder á apresentação do assunto constante neste item da convocatória.

No uso da palavra o Provedor esclareceu que “foi manifestada a intenção de doação, por parte do Sr.

António Abreu Gonçalves, utente na resposta de Lar - Estrutura Residencial par Idosos (ERPI), do imóvel devidamente identificado no presente ponto da ordem de trabalhos.”

Face à intenção manifestada pelo utente em causa, “a Mesa Administrativa ponderou o valor patrimonial do mesmo inscrito nas finanças, neste caso cento e trinta e dois mil e quinhentos e oitenta euros, assim como a receita mensal que resulta do aluguer deste e que atualmente é superior a mil e quinhentos euros, tendo deliberado aceitar a respetiva doação.”

No entanto, como o doador pretendeu realizar esta doação com encargos, conforme consta da cópia da escritura disponibilizada para consulta e distribuída previamente na reunião, designadamente a sua manutenção no quarto que atualmente ocupa no lar, a isenção do pagamento da sua mensalidade, superior a pouco mais de mil e duzentos euros, e a responsabilidade da Misericórdia assumir o pagamento das despesas de saúde e tratamentos, isto no caso de doença grave do doador, é crucial a ratificação da presente doação, por parte da Assembleia Geral, para que assim se torne válida.

O Provedor salientou ainda, “que o valor atual, na sequência de uma avaliação efetuada ao edifício por empresa credenciada, é de trezentos e vinte e cinco mil euros, sendo que os encargos assumidos são plenamente satisfeitos, quer pelo valor patrimonial, quer pelas receitas mensais geradas pelo imóvel. Tanto mais que, em caso de doença grave, a Misericórdia já tinha a obrigação de prestar os cuidados necessários não só ao utente em causa, mas de igual modo aos outros utentes do LAR.”

Apresentado o assunto, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, colocou-o a discussão.

Não se tendo registado qualquer intervenção ou pedido de esclarecimento, foi colocada a votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta a proposta de ratificação da aceitação da doação com encargos do prédio inscrito na respetiva matriz sob o artigo 12 e descrito no Registo Predial sob o nº 1422, da freguesia do Beato, nos termos constantes da escritura lavrada em 17/10/2016 no Cartório de Arganil, exarado de folhas 17 a folhas 18 verso do Livro de Notas 105-E, a saber:

- Que a presente doação é feita com o encargo de manter o ora doador no quarto identificado pelo número três, que atualmente ocupa e que se situa no primeiro andar da ala nova do Lar da Misericórdia, ficando ele doador desobrigado, de hoje em diante e até ao seu falecimento, de pagar pela sua ocupação a mensalidade cujo montante, atualmente, ascende a mil e duzentos euros, sendo também da responsabilidade da donatária o pagamento de todas as despesas inerentes a cuidados e tratamentos de saúde que tenha que fazer no caso de doença grave.

E que esta doação poderá ser resolvida por ele doador, ou seus herdeiros, caso a donatária não venha a cumprir os encargos que lhe foram impostos.

- 4. Concretização da venda autorizada pela Assembleia Geral de 31/03/2006, com a consequente ratificação do Contrato Promessa de Compra e Venda referente à designada “Quinta dos Bons Dias”, sita na freguesia de Ramada, Concelho de Odivelas (antigo Concelho de Loures), composta pelos artigos 49º, 50º, 55º, da matriz rústica e os artigos 863º e 865º da matriz urbana (estes dois últimos ambos omissos na Conservatória) e votação do parecer do Conselho Fiscal/ Definitório sobre esta matéria;**

No âmbito do quarto ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a

palavra ao Provedor, Prof. José Dias Coimbra, para apresentar esta questão.



No uso da palavra o Provedor começou por recordar “a última Assembleia Geral realizada em Março de 2016, onde foi ratificada a transação relativa ao processo que pendia sobre a Quinta dos Bons Dias”, tendo realizado o historial de todo este processo.

Acrescentou que, “só depois de resolvida essa situação a Instituição ficou em condições de cumprir o que havia sido deliberado sobre a alienação deste imóvel na reunião da Assembleia Geral de 31 de março de 2006, pelo que, a Mesa Administrativa deliberou diligenciar no sentido da concretização da operação de venda do imóvel identificado neste ponto, através da publicação de anúncio de venda em 3 jornais nacionais, sem prejuízo de contactos com um interessado que anteriormente já tinha demonstrado interesse na aquisição da Quinta dos Bons Dias”.

Na sequência dessas diligências foi formalizada uma proposta no valor de dois milhões e quinhentos mil euros da parte da empresa SOCIES, Sociedade Comercial de Importação, Exportação e Serviços, Lda, valor superior ao constante do relatório de avaliação do imóvel realizado pela empresa Civibeira – Projetos e Avaliações, Lda., neste caso da autoria do perito José António Alvoeiro Duarte, avaliador inscrito na CMVM com o n.º AVFII/13/035. Neste caso o valor da avaliação foi de dois milhões, duzentos e quarenta e cinco mil euros.

O Provedor apresentou de igual modo a proposta de Contrato Promessa de Compra e Venda a celebrar com a empresa SOCIES, dependendo da respetiva ratificação pela Assembleia Geral, tendo frisado que “ao longo dos anos a Misericórdia sempre teve em conta a rentabilização do seu património, pelo que, a alienação deste destina-se, tendencialmente, a assegurar a realização de investimento, nos termos definidos pela Assembleia Geral, como será o caso da recuperação do antigo hospital.” Referenciou também, sobre esta matéria, o que já consta do Plano de Atividades e Orçamento para 2017, aprovado no segundo ponto da convocatória.

Adiantou ainda, relativamente a esta matéria, “quer seja para uma unidade destinada às demências, ou mesmo uma unidade vocacionada para a pediatria, é importante avançar com o projeto, cabendo à ARS definir a melhor opção para o investimento que irá ser realizado, tendo por base os pressupostos de concretização das receitas para esse fim. Nesse sentido, a venda do património em causa deverá suportar este investimento.”


O Provedor salientou de igual modo, que “foi solicitado o parecer ao Conselho Fiscal / Definitório”, tendo sido solicitada a respetiva leitura, pois, de acordo com o próprio “faz o resumo preciso de todos os passos realizados, assim como o respetivo contexto da operação, assim como a análise da proposta de Contrato Promessa a celebrar”.

Este parecer foi previamente disponibilizado para consulta e distribuído também na presente reunião junto dos irmãos presentes.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, solicitou a respetiva leitura do parecer do Conselho Fiscal, o qual foi lido e se dá como transcrito.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

De acordo com as competências previstas na alínea c) do artg. 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o respetivo Conselho Fiscal / Definitório reuniu, no dia 9 de Novembro de 2016,



pelas 17 horas e 30 minutos, no Salão Nobre da Instituição, tendo como propósito analisar e emitir parecer sobre proposta de alienação da designada Quinta dos Bons Dias, sita na Freguesia da Ramada, Concelho de Odivelas, bem como sobre Contrato Promessa de Compra e Venda a celebrar com a empresa SOCIES, **SOCIEDADE COMERCIAL DE IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS, LDA.**, sociedade por quotas, devidamente inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o N° 03.239, sob o NIPC N° 502718692, com sede na Avenida João XXI, n° 48 – 1° dto., Distrito de Lisboa, Concelho de Lisboa, – 1000-303 – Freguesia de Areeiro

Analisada a documentação referente à operação em causa e tendo em consideração que:

- a) A Assembleia Geral da Misericórdia tinha deliberado autorizar a alienação da designada Quinta dos Bons Dias na sua reunião de 31 de Março de 2006;
- b) A autorização foi concedida para fazer face ao empréstimo contraído no âmbito da execução do projeto do Hospital de Cuidados Continuados Dr. Fernando Vale, o qual ainda não se encontra amortizado na sua totalidade e na presente data;
- c) A Assembleia Geral da Misericórdia de 31 de Março 2016 ratificou a transação necessária à conclusão do processo judicial que pendia sobre o imóvel em questão;
- d) O valor obtido da avaliação para a eventual alienação da designada Quinta dos Bons Dias, foi de dois milhões, duzentos e quarenta e cinco mil euros (2.245.000,00€) conforme relatório da empresa Civibeira – Projetos e avaliações, Lda;
- e) O valor patrimonial apurado pelas Finanças e constantes dos respetivos registos ser irrisório face aos montantes apresentados, nomeadamente pela empresa avaliadora;
- f) Não foi apresentada qualquer proposta para a aquisição da mesma, no âmbito da publicitação da intenção de venda da Quinta dos Bons Dias em três jornais de dimensão Nacional (Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Correio da Manhã);
- g) Existir uma proposta da SOCIES pelo valor de dois milhões e quinhentos mil euros (2.500.000,00€), cujo montante é superior à avaliação apresentada;

O Conselho Fiscal /Definitório deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável à alienação da designada Quinta dos Bons Dias pelo montante de dois milhões e quinhentos mil euros (2.500.000,00€), conforme Contrato Promessa de Compra e Venda apresentado.

Mais deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável ao pagamento faseado proposto pela SOCIES à Misericórdia do seguinte modo:

1. €650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil euros), na data de assinatura do presente contrato promessa, a título de sinal e de princípio de pagamento;
2. €650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil euros) até final de março de 2017, a título de primeiro reforço de sinal;
3. €200.000,00 (Duzentos mil euros), até final de Agosto de 2017, a título de segundo reforço de sinal;
4. €1.000.000,00 (Um milhão de euros) até final de Dezembro de 2017, para concluir o pagamento do preço devido.

O Conselho Fiscal concluiu, que a proposta apresentada pela SOCIES, bem como o respetivo modelo de

Contrato Promessa de Compra e Venda inerente à operação de alienação da designada Quinta dos Bons Dias é vantajosa para a Instituição, dando dessa forma cabal cumprimento à autorização de venda concedida em reunião da Assembleia Geral de 31 de Março de 2006, pelo que se dá parecer favorável, **sugerindo a respetiva ratificação em Assembleia Geral, reconhecendo, desde já, o esforço da Mesa Administrativa e serviços técnicos no desenlace desta operação, para os quais solicita a aprovação de um voto de louvor pelo trabalho realizado.**

Arganil, 9 de Novembro de 2016

O Conselho Fiscal

Apresentado e lido o parecer do Conselho Fiscal, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, prof. António Carvalhais da Costa, questionou diretamente os irmãos presentes sobre a existência de alguma dúvida ou matéria a esclarecer relativa a este assunto, não tendo existido qualquer manifestação da necessidade de qualquer esclarecimento adicional.

De seguida, foi colocado a discussão a presente matéria, não se tendo registada qualquer inscrição.

Perante a ausência, quer de dúvidas, quer de inscrições para a discussão, foi colocada a votação, em minuta, a ratificação do Contrato Promessa de Compra e Venda referente à designada Quinta dos Bons Dias, devidamente identificada no enunciado do ponto quarto da ordem de trabalhos, assim como o parecer do Conselho Fiscal sobre esta operação, tendo sido aprovada, por unanimidade e aclamação, a concretização da venda do imóvel em causa, assim como toda a documentação constante deste ponto.

Foi também aprovado, por unanimidade e aclamação, o voto de louvor à Mesa Administrativa e serviços técnicos no desenlace desta operação, constante do respetivo parecer do Conselho Fiscal / Definitório.

A Assembleia Geral deliberou ainda em minuta, por unanimidade e aclamação, autorizar, desde já, a Mesa Administrativa a proceder às diligências necessárias à concretização da venda em causa. De igual modo, a Assembleia Geral aprovou, por unanimidade, que caso a venda não seja concretizada por qualquer situação extraordinária, ou alteração dos pressupostos agora aprovados, e existindo outros interessados que apresentem proposta alternativa que melhor sirva os interesses da Instituição, mandar a Mesa Administrativa e autorizá-la à concretização da alienação do imóvel em questão.

5. Outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral.

Em relação ao quinto ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra o Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, para anunciar a visita do Sua Excelência o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes, no próximo dia 2 de dezembro à Misericórdia. Visita esta que começará pelas 10h30m no Hospital Dr. Fernando Valle, depois pelas 15h na Igreja da Santa Casa, passando pela Mata e terminando com a receção no salão nobre da Instituição.

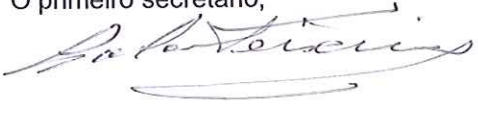
Aproveitou a ocasião para desejar a todos os irmãos, utentes, colaboradores, beneméritos e amigos um Santo e Feliz Natal, com muita saúde e "sob a proteção da Nossa Senhora das Misericórdias".

Não havendo mais nenhuma intervenção dos irmãos presentes, nem mais nenhum assunto a ser tratado, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, despediu-se dos irmãos, "comungando dos votos expressos anteriormente pelo Sr. Provedor", dando por encerrados os trabalhos pelas vinte e três horas e quinze minutos, tendo sido redigida a presente ata, na qual os pontos 2, 3 e 4 foram aprovados em minuta, entrando de imediato em vigor.



O Presidente da Mesa da Assembleia geral,

O primeiro secretário;



O segundo secretário;

